



A ÍNDIA E A CORRUPÇÃO: DA INDEPENDÊNCIA AOS DIAS ATUAIS¹

INDIA AND CORRUPTION: FROM INDEPENDENCE TO THE PRESENT

MATEUS, Sérgio¹; SILVA, Carlos^{2,3}

1- Universidade Estadual de Roraima- UERR,

doutorando em Direito e Sociologia na UFF.

2- Professor da Universidade Estadual de Roraima

3- E-mail: carlos.borges@uerr.edu.br

Resumo

A economia da Índia, depois da independência até os anos 80, era fundamentalmente de base socialista, marcada por extenso protecionismo regulatório, baseado na propriedade pública, que contribuiu para o aumento a corrupção e impondo-lhe um lento desenvolvimento generalizado. A partir de 1991, novos arranjos permitindo uma maior liberalização econômica, dada a redução da burocracia e a presença de uma economia de mercado, levando o país a consideráveis taxas de crescimento. Como a corrupção afeta principalmente economias emergentes, a Índia destaca-se pelo fato de a corrupção ser parte de relações promíscuas entre Estado e partidos políticos, como seu combate passa por necessárias reformas do Estado. Sendo um dos países com vastíssimos territórios, população e considerável fonte mão-de-obra, que se somam a abundantes fontes de recursos naturais, o que coloca o país como um dos mais importantes mercados consumidores do mundo. O objetivo deste artigo é um exame preliminar sobre a corrupção e seu combate nesse país, detentor de um dos mais excelentes resultados mercadológicos.

Palavras-chave: Índia - Corrupção - Partidos políticos

Abstract

The economy of India, after independence until the 1980s, was fundamentally based on socialism, characterized by extensive regulatory protectionism, based on public property, contributing to the increase in corruption and imposing a slow generalized development. As of 1991, new arrangements allowing for greater economic liberalization, given the reduction of bureaucracy and the presence of a market economy, leading the country with considerable growth rates. As corruption mainly affects emerging economies, India stands out for the fact that corruption is part of promiscuous relations between the state and political parties, as well as its fight for which it is necessary to reform the state. Being one of the countries with vast territories, population, and a considerable source of labor, which are added to abundant sources of natural resources, which places the country as one of the most important consumer markets in the world. The purpose of this article is a preliminary examination of corruption and its fight in that country, which has one of the most excellent market results.

Keywords: India - Corruption - Political parties

¹ Este artigo é parte de estudos que temos realizado no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Violência e Conflito – NEIVC, onde desenvolvemos projeto de pesquisa sobre o fenômeno da corrupção no âmbito do BRICs.



1- Introdução

A presença europeia na Índia ocorreu quando a Inglaterra, através da Companhia das Índias Orientais, estabelece negócios na região, o que lhe permite estender a dominação econômica e política, a partir de Bengala, em 1765. No século seguinte, depois de sufocar revoltas o levante da Confederação dos Mares, a presença inglesa se tornou efetiva no país e por meio de empreendimentos como construção de ferrovias, telégrafo, plantios de algodão, juta e chá.

A rainha Victoria tornou-se Imperatriz da Índia em 1876, nomeando um vice-rei, que a partir de Calcutá, governou até 1912. A presença britânica modernizou a Índia pela introdução de máquinas, armas e ciência moderna, impactando a cultura tradicional baseada em valores religiosos e num rigoroso sistema de castas, fazendo com que os indianos passassem a alimentar um sentimento de inferioridade durante o período da colonização do país. Segundo Angot (2017, p. 296), foi esse ambiente que fez nascer um sentimento nacional forte pela busca das raízes de uma identidade própria, descolada do individualismo e dos valores morais do imperialismo britânico. Diz o autor:

O nacionalismo indiano nasce com base em um sentimento de inferioridade e decadência do país (...); as elites indianas, muçulmanas e hindus concordavam fundamentalmente sobre este diagnóstico. A historiografia indiana e ocidental teve tendência a concentrar-se no nível político e considerar o surgimento do Estado indiano como um fim em si mesmo. Mas é mais importante, nomeadamente a luta iniciada por volta de 1860 pela dignidade e autoestima. Além

disso, quando o Partido do Congresso foi fundado em 1885, não havia dúvida sobre a independência (...). Se as reações dos britânicos, tanto as guerras mundiais e o movimento global de descolonização permitiram a independência política, este é apenas um aspecto limitado de uma luta mais geral: a restauração da autoestima é a grande luta dos indianos do final dos séculos XIX e XX.

No final do século XIX e início do XX, a divisão étnico-religiosa separando indianos e muçulmanos fez surgir duas tendências políticas que serão permanentes no país: o Congresso Nacional Indiano e a Liga Muçulmana. Por vezes, essa divisão levou a violentos enfrentamentos de rua, expondo uma complexa fissura étnica que servirá como argumento para retardar a independência. Porém, constantes revoltas contra o domínio britânico indicavam ser a independência inevitável. Em 15 de agosto de 1945, a Índia tornou-se independente, sem, contudo, resolver a divisão étnico-religiosa entre hindus e muçulmanos, que levará no mesmo ano à divisão do jovem país em duas nações com a criação do Paquistão, motivadora do maior êxodo de hindus e muçulmanos da história do século XX.

O Paquistão Oriental tornou-se independente em 1971, com o nome de Bangladesh, resultado de uma história de descolonização tensa e geradora de antagonismo entre a União Indiana e o Paquistão, que levará ambos os países se tornaram países nucleares, e definir a Índia como uma das potências mundiais em termos militares, principalmente durante a vigência da Guerra Fria.



2- Partidos políticos a corrupção

Em 1951, quando se davam os preparativos para as primeiras eleições gerais no país, grandes partidos foram formados: *Communist Party of India* (CPI), *Other National Parties* (ONP), *Indian National Congress* (INC), *State Parties* (SP), *Independents* (IND). Nas eleições que se seguiram, no mesmo ano, o INC obteve 45% dos votos, garantindo-lhe 364 cadeiras (de um total de 489). Seguidos sucessos eleitorais tornaram-no o principal partido do país até a década o final da década de 80 (PANDITA, 2015, p. 31), quando denúncias de corrupção e de ineficácia governamental do partido, forçou-o a buscar alianças com partidos menores para formar maioria na Assembleia Legislativa e assim garantir governabilidade.

De acordo com VENKATESAN (1999), desde a independência, como forma de ter influência sobre a regulação estatal do país, o *Indian National Congress* foi financiado pela classe empresarial da Índia, setor da economia que “sempre esteve submetido a uma série de disciplinas regulatórias, ordens e leis”. Grupos empresariais como Tata e Birla, mantinham contribuições aos partidos *Indian National Congress* e *Swatantra Party*, na ordem de mais de 30% (*idem*). Foi Indira Gandhi quem tomou medidas no sentido proibir as doações de empresas para partidos políticos, atacando empresas e bancos com projetos de nacionalização com forma de reduzir suas influências sobre o meio político (MEHRA e SHARMA, 2016).

De acordo com Chaudhary e Kumar (2017), a proibição de financiamento aos partidos e a nacionalização contribuíram para ampliar a

corrupção porque as empresas passaram a recorrer a formas de burlar os sistemas de controle estatal sobre seus ganhos, apelando para mecanismos corruptores, como evasão fiscal e operações no mercado negro, que serviram para alimentar os partidos políticos por uma espécie de caixa dois (*idem*).

A relação entre doações empresariais e partidos políticos tornaria a corrupção sistêmica na Índia, a ponto de o governo Rajiv Gandhi², em 1984, colocar a necessidade da proibição desse tipo de relação, limitando as doações a partidos políticos em 5% do lucro líquido das empresas. Mesmo assim, segundo estudos de SRIDHARAN (2001), o sistema de coleta de fundos partidários até a década de 90 fez com que o *Indian Congress Party* levantasse e gastasse mais dinheiro do que todos os outros partidos juntos.

Na década de 90, Narasimha Rao avançou na política de liberalização da economia elevando a Índia a uma das economias mais fortes do mundo. Membro do *Indian Congress Party*, nas eleições de 2006, o fracasso de seu partido em manter maioria nas eleições de deixou a sensação de que a relação promíscua entre empresas e partidos políticos havia perdido o poder de influência nos arranjos políticos nacionais, e que seria mais viável investir em partidos que estivessem no poder, independente de sua ideologia. Rao foi acusado de corrupção e passou o resto de sua vida tentando se defender da acusação de ter subornado parlamentares da oposição para ter vantagens em favor de seu governo (Komireddi, 2012).

² Rajiv Gandhi seria assassinado em 1991, durante um comício por um ativista do grupo separatista *Liberation Tigers of Tamil Eelam*.



Havia a compreensão de que a redução dos gastos eleitorais ajudariam a reduzir a corrupção, preocupação que levou à aprovação de uma lei em 2003, que fazia importantes mudanças na regulação do financiamento eleitoral, permitindo aos partidos políticos receber contribuição de qualquer pessoa ou empresa, lei esta que se baseou na Lei de 1951 (KESALU, 2013, p. 57), abrindo a possibilidade de dirigir financiamentos aos partidos que apoiavam a livre iniciativa e a liberdade de comércio, e não apenas dirigido aos interesses do partido no poder.

O que poderia ser uma solução ao problema da corrupção na Índia, dada a nefasta relação entre política e empresas, esbarrou nos interesses do *Congress Party*, que passou a pressionar setores corporativos para que financiamentos fossem feitos de forma clandestina.

Adotando, a partir de 1991, uma estratégia "pró-mercado", gradualmente a economia foi sendo liberada do controle estatal, na qual uma política de taxas de câmbio liberal, somada a

3- Iniciativas para o combate à corrupção

A prática da corrupção é generalizada nos sistemas burocrático e político indiano, estendendo-se para além da política e das instituições estatais, numa complexa rede de evasão fiscal. O suborno individual, assim como de pequenos agentes do serviço público é frequente e recorrente em todos os estratos da vida social indiana⁴.

RAJAK (2013, p. 21) listou 12 grandes escândalos de corrupção que se iniciaram logo no pós independência e se estendeu até o final

diminuição de direitos aduaneiros atraíram investidores estrangeiros, política econômica que permitiu colocar a Índia entre os países de acelerado crescimento, condições favorecidas por um parque industrial doméstico forte e uma dívida externa relativamente baixa (KOHLY, 2011, p. 41-42).

Com um PIB crescendo na ordem 7,3% do PIB em 2015, recuando para 6,5% em 2017, a economia indiana é uma das mais dinâmicas no mundo (BASU e MAERTENS, 2007, p. 149), sendo um país parte do BRIC, não obstante 25% de uma população de 1.339 bilhões de habitantes indianos viverem abaixo da linha da pobreza.

A Índia figura na posição 85 dos 179 países no Índice de Percepção de Corrupção da *Transparency International*³, o que coloca o país entre os mais corruptos dos países do BRIC. Dos anos 50 ao os 80, a economia indiana esteve inspirada em políticas de base socialista, portanto com muitas regulamentações e protecionismo.

do nos 60. É sabido que a quantidade de dinheiro sujo indiano depositado em paraísos fiscais é enorme. JAISWAL (2017, p. 05), num complexo estudo sobre remessa de capital indiano para paraísos fiscais, concluiu que:

[...] cerca de dois terços dos fluxos de FDI - *Foreign Direct Investment* - para a Índia não vêm do país de origem do investidor estrangeiro. A maioria dos fundos é encaminhada através de jurisdições que são comumente conhecidas como paraísos fiscais e / ou jurisdições secretas. De fato, há uma forte correlação positiva entre o encaminhamento de fundos e o nível de sigilo oferecido pelas respectivas jurisdições. Também

³ Ver: <https://www.transparency.org/country/IND>

⁴ Ver: PAYET, C. En Inde, la corruption gangrène la lutte contre la pauvreté, In: <https://www.la-croix.com/Actualite/Monde/En-Inde-la-corruption-gangrene-la-lutte-contre-la-pauvrete-EP-2011-04-19-565367>. Acessado em 12/08/2018.



descobrimos que as jurisdições que são usadas para rotear fluxos de capital têm taxas de imposto efetivas mais baixas para investimentos na Índia, em comparação com o país de origem dos investidores, criando assim um incentivo para compras de contratos. O benefício fiscal mais provável para o encaminhamento de investimentos é "impostos sobre ganhos de capital de curto prazo.

É sabido que a conhecida máfia *Raj*⁵, formada por funcionários, políticos, oficiais de justiça, promotores imobiliários e funcionários da força pública, adquirem, desenvolvem e vendem terras de forma ilegal. Muitas atividades de infraestrutura financiadas pelo Estado, como construção de estradas, têm infiltrados membros dessa máfia, resultando em construções de má qualidade, o que afeta duramente os serviços ofertados pelo Estado.

Os departamentos de infraestrutura pública são os mais os corruptos do país. Crimes envolvendo pessoas próximas do poder passaram a ser comuns na Índia: o caso Harshad Mehta, corretor da bolsa de valor indiana, acusado de numerosos crimes financeiros praticados na *Securities Scam* em 1992; o caso Bhansali, que envolveu o empresário Chain Roop Bhansali, que protagonizou um golpe financeiro envolvendo milhões de dólares entre os anos de 1992 e 1996; o caso de Ketan Parekh, acusado de manipulação do mercado imobiliário, entre 1998 a 2001. Segundo VITTAL (2003, p. 135-136), são exemplos de escândalos financeiros que retratam a nível de corrupção na Índia.

Falta de medicamento e hospitais são a mais grave consequência da corrupção coordenada por essa máfia em toda a Índia. RAJAK (op. cit, p. 22), diz que a corrupção na Índia tem asas, não rodas, e que as causas da corrupção, embora sejam muito complexas, seguem um padrão que pode assim ser destacado:

Surgimento de uma elite política que pensa somente em seu interesse, e não o da nação; a escassez artificial criada por pessoas com intenção maléfica de destruir tecido da economia; mudança no sistema de valores e da qualidades moral, quando os antigos ideais de moralidade e honestidade são considerados como anacrônico; tolerância das pessoas em relação à corrupção, completa falta de clamor público contra corrupção; a ausência de um espaço público legítimo para se opor à corrupção faz com ela se prospere na população; tamanho da população, que somado ao analfabetismo generalizado e infraestrutura econômica deficiente leva à corrupção endêmica na vida pública numa economia altamente inflacionária, os baixos salários dos funcionários do governo os obrigam a recorrer à corrupção; leis e procedimentos complexos impedem que pessoas comuns busquem ajuda do governo e financiamento político por grandes empresas e o alto das eleições, que levam ao suborno e à compra de votos, principalmente de pessoas pobres e analfabetas.

O problema é que quando a corrupção se instala na política, ela passa a degradar o Estado afetando toda a sociedade. Na Índia, mais de um quarto dos deputados possui antecedentes criminais⁶, situação que vem provocando reações populares como o *India Against Corruption* - , criado em 2011 quando

⁵ Os antropólogos PILIAVSKY e SBRICCOLI (2016) conduziram estudo sobre Antropologia da ética no norte da Índia, com finalidade compreender o imaginário popular sobre as *goondas* (gângsteres *raj*) mostrou que quando as pessoas as exaltam como líderes, elas fazem porque veem nelas lugar de homens virtuosos, capazes de "fazer as coisas acontecerem" (p. 274).

Boletim do Museu Integrado de Roraima - ISSN 2317-5206

Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1128 – Parque Anauá - Bairro Aeroporto, CEP: 69330-640

Boa Vista/RR, Brasil

Fone: (95) 36231733

E-mail: bolmirr@gmail.com

⁶ Ver: *Transparency Internacional*, Corruption in India, In: <https://www.transparency.org/country/IND>, acessado em 23/09/2019.



uma série de escândalos envolveu os jogos do *Commonwealth* de 2010, movimento que passou a cobrar leis mais rigorosas contra a corrupção.

A partir de então, a luta contra a corrupção tornar-se-ia pauta ativa na Índia, envolvendo formadores de opinião, empresários, políticos e estudantes, criando na opinião pública o entendimento de que o voto, a liberdade de opinião e a democracia são instrumentos

eficazes de enfrentamento à corrupção, e que passam necessariamente pela implementação de reformas institucionais que visem aumentar a participação popular na tomada de decisões de Estado, rompendo a perniciosa relação entre capital e política, responsável por disseminar na sociedade indiana a ideia de que as instituições legais podem ser acionadas para ter vantagens pecuniárias, contribuindo para engrossar o imaginário da corrupção.



Conclusão

Baseada em um extenso protecionismo regulatório, a economia indiana passou por novos arranjos a partir dos anos 90, permitindo-lhe sair de um sistema econômico de base socialista para um modelo baseado no mercado. Todavia, o crescimento econômico não gerou o combate à corrupção herdada de governos anteriores, senão ganhou novos contornos evidenciados por uma série de escândalos envolvendo contratos de valores bilionários. Com a promessa de acabar com a corrupção, Narendra Modi, foi eleito, em 2014, como primeiro-ministro.

Um dos avanços da luta contra a corrupção está sendo o uso de tecnologias de vigilância eletrônica, que permitiu aos indianos acessar os serviços do governo sem passar por intermediários e burocratas suscetíveis a suborno. Não obstante severas medidas anticorrupção, a corrupção e o subornos seguem prosperando na Índia, a ponto de o governo ser obrigado a empregar fenolftaleína como forma de marcar o dinheiro usado, principalmente para suborno, contaminando as notas, que quando submetidas a água revela cores que denunciam seu mau uso por agentes

do governo. São medidas que provam ser a corrupção, a burocracia e o suborno crimes amplamente generalizados na Índia moderna. Presentes principalmente nos setores serviços públicos e abrangendo desde o judiciário até o aparato policial, são crimes combatidos pela Lei de Prevenção da Corrupção, quando se trata do serviço público, e pela Lei das Empresas, para o setor privado. Contudo, os baixos níveis de fiscalização, de monitoramento, da violência contra denunciante e da falta de acesso a informações pela imprensa, tornam essas leis pouco eficazes.

Quando se vê pessoas respeitáveis praticando tais crimes na Índia, isso impõe o convívio permanente com ilicitudes que passam a ser vistas como naturais, muitas vezes um caminho rápido para conseguir coisas certas através de meios ilícitos, como o suborno. Todavia, iniciativas espontâneas da sociedade civil indiana, como o site www.ipaidabribe.com (criado em 2011), que recebe denúncias de corrupção e avalia a honestidade de agentes do governo, tem demonstrado que o governo já não é mais o único protagonista no combate e na limitação à prática da corrupção e suborno na Índia.

**Bibliografia**

Chaudhary, M. e Kumar, M. *Reforms in Election Funding in India*. In: <https://ssrn.com/abstract=2915025> 2017, acessado em 10/01/2020.

Komireddi, K. PV Narasimha Rao reinvented India – so why is he the forgotten man? In: <https://www.thenational.ae/lifestyle/pv-narasimha-rao-reinvented-india-so-why-is-he-the-forgotten-man-1.455990>, 2012, acessado 23/09/2019. ANGOT, M. *Histoires des Indes*. Paris: Le Belles Letres, 2017.

MEHRA, A. e SHARMA, P. Nationalisation of Bank: A Historical Blooper or Commitment of the Hour? *International Journal of Arts, Humanities and Management Studies*, Volume 02, No.02, Fevereiro de 2016.

SRIDHARAN, E. Reforming political finance, In: *Reforming. Politics: a symposium on rethinking democratic institutions and practices*, India, Delhi, 2001.

KESALU, S. V. Genesis and Evaluation of Political Parties in India. International Research, In: *Journal of Social Sciences*, Vol. 2, 56-62, Fevereiro de 2013.

KOHLI, A. La politique de croissance économique de l'Inde. *Alternatives Sud*, Vol. 18, 2011.

BASU, K. e MAERTENS, A. The Pattern and Causes of Economic Growth in India. Vol. 23, *Oxford Review of Economic Policy*, 2007.

IPAIDABRIBE.

<http://www.ipaidabrike.com/#gsc.tab=0>, acessado em 23/09/2019.

RAJAK, J. R. Corruption in India: Nature, Causes, Consequences and Cure. *Journal Of Humanities And Social Science (JHSS)*, Vol. 18, 2013.

JAIWAL, S. *Foreign Direct Investment in India and Role of Tax Havens*. Centre for Budget and Governance Accountability (CBGA) e Institute for Studies in Industrial Development (ISID), New Delhi, 2017.

VITTAL, N. *Corruption in India: the roadblock to national prosperity*. Ed: Academic Foundation, 2003.

RAJAK, J. R. Corruption in India: Nature, Causes, Consequences and Cure. *Journal Of Humanities And Social Science (JHSS)*, Vol. 18, 2013.

PANDITA. R. Public Participation in the General Elections of India: An Overview since 1951. In: *International Letters of Social and Humanistic Sciences*, Online: 30/11/2015.

PILIAVSKY. A e SBRICCOLI, The ethics of efficacy in NorthIndia's goonda raj (rule of thugs). *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 2, 2016.

Transparency Internacional, Corruption in India, In: <https://www.transparency.org/country/IND>, acessado em 23/09/2019

VENKATESAN, V. The laws and the facts. *Frontline*, 16: 25, 27 november – 10, 1999.